

OCUPAÇÃO E ESTRATÉGIAS DE PERMANÊNCIA NA TERRA NO ASSENTAMENTO JATAPU, RORAIMA¹

Marisa Barbosa Araujo

Instituto de Antropologia - Universidade Federal de Roraima

Aranha Micaelle dos Santos Pereira

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social - Universidade Federal de Roraima

submissão: 12.05.2022 aprovação: 24.10.2022

¹ A pesquisa que deu origem a este artigo foi realizada com apoio do CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico).

RESUMO

O presente trabalho aborda estratégias de permanência na terra e de reprodução social do modo de vida de famílias de agricultores na Amazônia brasileira. A partir da experiência da ocupação da Vicinal 15, do Assentamento Jatapu, na região Sudeste de Roraima, buscamos compreender como práticas de ocupação e uso do território configuram as vidas de pessoas. Na mesma medida, evidenciamos como modos de ocupação e uso da floresta configuram territorialidades e produzem relações e sentidos sociais. Este artigo é fruto de uma pesquisa etnográfica sensível às relações entre territorialidades, parentesco, à conformação de grupos com projetos comuns de existência e coexistência e ao modo como arranjos imersos em modos específicos de sociabilidade, de ocupação e uso da terra, orientam os sentidos na vida das pessoas do espaço rural no Norte amazônico.

Palavras-chave: Ocupação de terra, permanência na terra, Roraima.

LAND OCCUPATION AND PERMANENCE STRATEGIES IN THE JATAPU SETTLEMENT, RORAIMA

ABSTRACT

This paper addresses the strategies for remaining on the land and social reproduction of the way of life of farming families in the Brazilian Amazon, focusing on the occupation process of Vicinal 15 and Travessão, of the Jatapu Settlement, in the southeastern region of Roraima. Based on the trajectory of some residents - arrivals, departures, permanence and ordinary circulation of everyday life, we seek to understand how practices of occupation and use of territory shape peoples' lives. The local context is framed by uncertainty about land title regularization and highlights the pioneering and leading role of families regarding access to land, in addition to solidarity networks aimed at maintaining or expanding work areas, implemented to ensure family reproduction.

Keywords: Land occupation, land permanence, Roraima.

ESTRATEGIAS DE OCUPACIÓN Y PERMANENCIA DE LA TIERRA EN EL ASENTAMIENTO DE JATAPU, RORAIMA

RESUMEN

El presente trabajo aborda las estrategias de permanencia en la tierra y de reproducción social del modo de vida de las familias campesinas en la Amazonia brasileña, centrándose en el proceso de ocupación de Vicinal 15 y Travessão do Assentamento Jatapu, en la región sureste de Roraima. A partir de la trayectoria de algunos residentes -llegadas, salidas, permanencia y circulación ordinaria de la vida cotidiana- buscamos entender cómo las prácticas de ocupación y uso del territorio configuran la vida de las personas. El contexto local está enmarcado por la incertidumbre sobre la regularización de los títulos de propiedad de la tierra y se destaca el espíritu pionero y el protagonismo de las familias con respecto al acceso a la tierra, además de las redes de solidaridad destinadas al mantenimiento o la ampliación de las áreas de trabajo, implementadas para asegurar la reproducción familiar.

Palabras clave: Ocupación de tierras, permanencia en la tierra, Roraima.

1. INTRODUÇÃO

Uma das particularidades do meio rural do estado de Roraima é a possibilidade de haver terras ainda a serem abertas, isto é, que estão sob a tutela seja da União ou do Estado passíveis de serem ocupadas por famílias que tornam o espaço da floresta agricultável. Esse é o caso da porção territorial adjacente à Vicinal 15, localmente conhecida como Travessão², ocupada por um grupo de famílias que a partir de 2014 passa a demandar à Superintendência Regional em Roraima do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e ao Instituto de Terras de Roraima (ITERAIMA) a titulação dessas terras.

A Vicinal 15 faz parte do Assentamento Jatapu, criado pelo Incra em 1983 e encontra-se a cerca de 5 km da vila de Entre Rios, pertencente ao município de Caroebe. A localidade fica a uma distância aproximada de 300 quilômetros da capital do estado de Roraima. Os moradores, em sua maioria, autodefinem-se como agricultores e dedicam-se ao trabalho agrícola. No entanto, é importante destacar que a atividade agrícola não é a única empreendida por essas famílias. Para além da criação de pequenos animais e da coleta de castanha há também a caça e embora não sejam atividades percebidas como definidoras de

identidades locais, elas revelam a diversidade de engajamentos dessas pessoas com o território e os recursos naturais. A região destaca-se pela produção de banana, que é cultivada também pelos moradores da Vicinal 15 e do Travessão, além de outros cultivos que vêm se destacando nos últimos anos, sobretudo hortaliças e frutíferas juntamente com a criação de pequenos animais, o processamento da farinha de mandioca e o extrativismo da castanha, fontes de renda para as famílias locais.

Algumas das famílias que ocuparam essas terras em meados das décadas de 1970 e 1980, no contexto das políticas de implementação dos assentamentos rurais na Amazônia, permanecem morando e produzindo na área. A oferta de terras não atendeu à demanda da segunda e terceira gerações e impulsionou a abertura e ocupação do Travessão, porção de terra localizada fora dos limites do assentamento.

A pesquisa cujos dados são apresentados neste artigo teve início em 2017 e buscou compreender o processo de chegada dos moradores e ocupação do lugar, a conformação da territorialidade local, informada pela multiplicidade de usos e significações dos diferentes espaços, e a reverberação da situação fundiária do cenário de Roraima na vida das famílias residentes na Vicinal 15 e no Travessão³. Acompanhamos as famílias desta região por

²Travessão é um termo local que designa um modelo de abertura espontânea que conecta uma vicinal a outra. Ou seja, uma espécie de ramificação transversal aberta pelos moradores da Vicinal. No entanto, o Travessão da Vicinal 15 não a interliga com outra vicinal, configurando-se somente como uma extensão.

³O projeto de pesquisa “Regularização fundiária, trajetórias de ocupação e territorialidades em Roraima”, contemplado pelo Edital Universal 2016 do CNPq, foi coordenado pela primeira autora deste artigo e contou com a participação da segunda autora como bolsista de Iniciação Científica. Teve início em 2017 e foi finalizado em 2022.

meio de frequentes viagens de campo, com diferentes tempos de permanência.

Centramo-nos, para esta análise, na escala local, com o foco no território específico da Vicinal 15 e do Travessão e nas trajetórias⁴ de moradores (chegadas, saídas e permanências e a circulação ordinária do cotidiano: de gente, de informações e rumores). A circulação de pessoas e de informações são lidas aqui como parte da rede de solidariedade e de ajuda local e como possibilidade de estabelecimento e solidificação de vínculos. Desse modo, o lugar é entrecortado por relações entre pessoas e entes que o conforma e o constitui, pressupondo também uma dimensão temporal, incorporando processos e mudanças. Nesse sentido, buscamos apoio na proposta metodológica de Vincent (1987), de compreensão do universo local enquanto “fluxo organizado”.

Pelos relatos de alguns dos moradores pioneiros do lugar, buscamos revelar formas de acesso a terra e estratégias⁵ ligadas a grupos de parentesco e afinidade visando à manutenção ou ampliação de áreas de trabalho implementadas para assegurar a reprodução familiar. Buscamos também enfatizar a capacidade de agência⁶ dessas famílias, ou seja, práticas interessadas de pessoas reais (Ortner 2007) no sentido de formular e rea-

lizar projetos revelando, sob suas circunstâncias, formulação de estratégias e resistência possíveis no quadro da multiplicidade de relações em que estão engendradas.

2. COLONIZAÇÃO DA REGIÃO SUDESTE DE RORAIMA

Roraima reproduz em grande parte o processo de colonização do restante da Amazônia. Especialmente a partir do golpe militar de 1964, a região passa a ser alvo de políticas do governo federal para ampliação de sua ocupação, com a abertura de novas áreas, distribuindo terras públicas em territórios supostamente considerados ainda não habitados. Aliados à política agrária, havia também programas de desenvolvimento para a Amazônia que, articulados, permitiram, na década de 1970, a elaboração da estratégia geopolítica do governo militar combinando programas de exploração da infraestrutura e econômicos na Amazônia (Kohlhepp 2002).

Até meados daquela década, entretanto, o então Território de Roraima permaneceu esparsamente povoado e economicamente isolado, de acordo com o discurso oficial do governo federal, que operava com formas de clas-

⁴ Usamos aqui a categoria trajetória como uma série de posições sucessivas de um mesmo agente em um espaço do devir, sujeito a transformações, sentido dado por Bourdieu (1996), buscando entender os contextos que dão sentido às histórias de vida e aos movimentos.

⁵ A noção de estratégia aqui empregada está remetida às escolhas ao sentido dado por Bourdieu (2004), que incorpora a ideia de intenção, de pessoas culturalmente constituídas no mundo e com habilidade de iniciar e realizar projetos.

⁶ O conceito de agência é empregado com base nas proposições de Ortner (2007). A autora distingue dois tipos de agência, reconhecendo a articulação e a inter-relação entre ambos: a agência de poder, que envolve tanto a dominação quanto a resistência; e a agência de projetos, orientada pelo desejo de ir além das próprias estruturas de vida.

sificação exógenas às populações que de fato habitavam a região⁷. O entrave maior à ocupação promovida pelos processos de colonização era a exclusividade do rio Branco como via de acesso.

O Programa para a Integração Nacional (PIN), em curso na primeira metade da década de 1970, viabilizou a construção de rodovias de longa distância, como a Transamazônica, a Perimetral Norte, a Cuiabá-Santarém e a Cuiabá-Porto Velho-Manaus. De acordo com Kohlhepp (2002: 38), “...tais estradas serviram de roteiros de migração para a Amazônia e foram planejadas para o estabelecimento de áreas de atividades econômicas na forma dos chamados “corredores de desenvolvimento” (Kohlhepp 2002:38).

Desse modo, no âmbito do PIN, o processo de abertura das rodovias BR-174 e BR-210 foi, em grande medida, responsável pela ampliação do fluxo de famílias que se deslocaram para o Território de Roraima⁸. A rodovia BR-174, cuja construção teve início em 1970 e foi concluída

em 1977, foi projetada para atravessar a Amazônia brasileira desde o Amapá até a fronteira do Amazonas, estabelecendo o elo terrestre entre Boa Vista e Manaus⁹. A rodovia BR-210, a Perimetral Norte, abriu o flanco Sudeste de Roraima, permitindo que essa região fosse também ocupada pela população que chegava¹⁰.

A rodovia BR-210 começou a ser construída em 1972, no trecho em que hoje se encontra a Vila Novo Paraíso, no sentido Leste. Em três anos foram abertos 83 quilômetros construídos pela empresa Paranapanema, atravessando regiões inteiras de mata virgem, sem interligar nenhum grande núcleo populacional no interior do território. Em 1975, a rodovia Perimetral Norte já alcançara o local onde hoje se encontra o núcleo do município de Caroebe. Famílias vindas de outros estados e regiões começaram a chegar à área, se aventurando em caminhões e ônibus pelas estradas recém-abertas, em busca da terra, em novos espaços produtivos (Barros 1995, Santos 2010).

⁷Sobre a história de Roraima e processo de ocupação anterior à década de 1970, ver Farage (1991), Vieira (2007), Farage e Santilli (1992) e Barros (1995).

⁸É importante destacar que o processo de construção das rodovias federais exerceu um impacto negativo nas populações indígenas de Roraima. Entre os anos de 1973 e 1974, durante a construção do trecho da Perimetral Norte, que incide sobre a Terra Indígena Yanomami, estima-se a morte de aproximadamente 22% da população indígena local.

⁹Importante ressaltar que o processo de construção da BR-174 atingiu negativamente a população Waimiri-Atroari e envolveu uma longa história de conflitos (Baines 1996). O relatório da Comissão Nacional da Verdade (2014), no volume 2, denuncia todas as violações de direitos humanos que os grupos Yanomami e Waimiri-Atroari sofreram durante a construção das BR no estado de Roraima. Também é relevante apontar que embora concluída, a rodovia não foi pavimentada de imediato, causando dificuldades no tráfego de acordo com a sazonalidade. Há relatos de que durante as chuvas, o trajeto a ser percorrido de Manaus-Boa Vista chegava a demorar, em média, de 30 dias a três meses (Monteiro & Laroque 2018).

¹⁰O traçado planejado para a rodovia Perimetral Norte passava pelos estados do Amazonas, do Pará, do Amapá e de Roraima. A proposta era cortar toda a Amazônia brasileira, desde o Amapá até a fronteira colombiana no estado do Amazonas. Até hoje, somente um trecho em Roraima (com pouco mais de 400 quilômetros) e outro no Amapá (com cerca de 100 quilômetros) foram construídos.

A partir da segunda metade da década de 1970, o Território de Roraima configurava-se como uma ‘última oportunidade’ de ter terra. A população, que em 1970 se aproximava de 41.000, chegou, em 1980, a 79.159 pessoas (Diniz & Santos 2005).

A política governamental de acesso a terra em Roraima apresentava menos exigências quanto ao perfil dos solicitantes em relação a outros estados da Amazônia, como aponta Cordeiro (2021). Além disso, a descoberta de jazidas de ouro e diamante na porção Norte do território, em meados dos anos 1980 também contribuiu para chegada de um grande número de pessoas à região. Entre os anos de 1987 e 1991, estima-se que cerca de 4.000 pessoas estavam diretas ou indiretamente envolvidas com a atividade do garimpo em Roraima (Diniz 2008).

Assim, é relevante apontar que o deslocamento de milhares de pessoas para região foi motivado pela perspectiva do acesso a terra nos polígonos de colonização, mas também pela busca da fortuna nos garimpos e pela possibilidade de trabalhos na construção das estradas. A repercussão dos rumores sobre a construção da BR-210, a ‘fofoca’ do garimpo, e as notícias sobre a distribuição de terras foram difundidas através das relações de sociabilidade entre parentes, amigos e conhecidos, gerando o sentimento de tentar a vida na região Norte (Silva Neto 2014).

3. ABERTURA E OCUPAÇÃO DAS TERRAS

Barros (2009) salienta que a fronteira de ocupação em Roraima pode ser considerada tardia, quando comparada a outros investimentos federais na Amazônia, como no Acre e Rondônia, cujo fomento ocorreu no início da década de 1970. Acrescido a isso, há o fato de que a gestão da abertura das terras foi realizada de forma pouco sistemática, realizada por famílias que chegavam, independente da ação governamental. O Incra iniciou sua atuação na região somente em 1979, com a criação do Projeto de Assentamento Anauá, às margens da rodovia BR-174.

O deslocamento das famílias para essa região ocorreu principalmente na segunda metade da década de 1970 e início da década de 1980, conforme mencionado anteriormente. Nesse sentido, Silveira e Gatti (1988) salientam que o processo de povoamento na localidade ocorre antes do assentamento oficial. Essa colonização “espontânea”, nas palavras dos autores, “se efetiva pela penetração dos migrantes nas picadas, abertas por eles mesmos” (Silveira & Gatti 1988: 52)¹¹.

Relatos do processo de abertura das terras revelam esse modo específico de ocupação, o sr. João Pereira, morador da região, chegado à década de 1970, e que se tornou importante liderança local, em entrevista concedida a Santos (2010), conta que:

Durante os anos de 1970, e 1974, a gente tinha que se virar pra dar terra pros que chegavam. Eu tirava aquele cipó de titica, media cinquenta metros dele usava como fita métrica pra medir os lotes que eram de 100ha e fazíamos então um

¹¹Picadas são caminhos na floresta feitos somente com o auxílio do facão.

sorteio, colocando os nomes das pessoas num saco, eles tiravam um papel com um número dentro de um saquinho, era na sorte, cada um tirava o número que por sua vez era o próprio número do lote onde iria ficar. Eu dizia: “olha a esquerda é par e a direita é ímpar”, dessa forma nunca teve briga. A minha própria sogra é que digitava numa velha máquina de datilografar o documento de posse, que eu mesmo assinava. Inclusive fui preso quando o INCRA chegou e levado pela Polícia Federal por estar doando terra da União. Levaram-me daqui pra lá preso... Mas eu entrei dez quilômetros de mata abrindo uma vicinal, pois não existia vicinal, os colonos chegavam, ficavam aqui, não tinham nada, queriam trabalhar na minha terra, nos vizinhos; eu disse “não, não precisa, aqui nós estamos no meio de muita terra graças a Deus”. Nós iríamos esperar por quem? Chegavam três ônibus por dia, assentei quarenta famílias. (Santos 2010:43).

Cabe ressaltar algumas especificidades do processo de ocupação: em primeiro lugar a anterioridade da ocupação em relação à presença e regularização do Incra, ou seja, as famílias que primeiro chegavam, abriam picadas na floresta e se estabeleciam e à medida que outras chegavam, iam também abrindo os lotes¹². O processo de abrir um lote se inicia com a marcação dos limites através de picadas, visando à ocupação efetiva e a transformação do espaço da floresta em terra agricultável. Abrir o lote e realizar algum cultivo legitima a posse e quem abre passa a ser o dono. Conforme afirmou seu Vicente: “Quando eu abro eu abro já plantando, nem que seja um pouco. Porque diz a estória do Incra,

o terreno tem a fotografia do dono. Se o cabra não fizer a fotografia, ele não é dono”. A ideia de ‘fotografia do dono’ pode ser pensada como uma forma de impressão de um caráter pessoal, ou seja, o suor derramado sobre a terra demarca moral e materialmente o estatuto de dono daquele que trabalhou.

Em segundo lugar, no que pese os poucos registros sobre a população que chegava à região durante o final dos anos 1970 e início dos 1980, Silveira e Gatti (1988) destacam o fato de que a proporção entre homens e mulheres era equilibrada, indicando que o deslocamento para a região foi predominantemente realizado pelo grupo familiar. Os autores observaram também que a primeira etapa do deslocamento familiar era realizada pelo chefe de família, ou por outros membros masculinos da família, buscando o reconhecimento das condições locais para a permanência e manutenção do grupo doméstico (Silveira & Gatti 1988)¹³.

Em meados da década de 1980, por meio do Projeto Calha Norte, ações buscavam criar as condições para a permanência populacional na fronteira agrícola mediante melhoria de serviços ao longo da rodovia Perimetral Norte. Durante os primeiros anos da década funcionou, nas imediações da então Vila de Caroebe, um posto do Exército. Com maquinário pesado e apropriado, os militares abriam estradas e vicinais na região.

¹²Conforme Santos (2010), Barros (2009), Silveira e Gatti (1988), Mourão (2011), Tourneau e Bursztyn (2010).

¹³Silveira e Gatti (1988) realizaram um trabalho primoroso e de grande relevância para a compreensão do processo de ocupação da porção Sudeste de Roraima durante a década de 1980. Realizaram pesquisa etnográfica entre os anos de 1983 e 1986 e tiveram acesso a fontes documentais do Centro de Recepção e Triagem de Migrantes e documentos do Incra, como os Cadastros de Identificação de Candidatos a Parceleiros.

Se Roraima guarda como peculiaridade o fato de ser a ‘última fronteira’, os dramas do estabelecimento e permanência na área não destoam de muitos outros encontrados no restante da região amazônica. A falta de infraestrutura e serviços, que dentre outras coisas impedia o escoamento da produção dos recém-chegados mostrava que a possibilidade de ter terra não esgotava os problemas para as famílias.

A despeito das dificuldades, ao longo dos anos subsequentes surgem ao longo da rodovia Perimetral Norte núcleos populacionais, que foram sendo, aos poucos, dotados de infraestrutura urbana e serviços. Funcionavam como a base física de órgãos governamentais para controle da circulação da força de trabalho, do excedente de produção e de eventuais conflitos (Silveira & Gatti 1988) e concentravam pequenos comércios nos quais era possível comprar ferragens, alimentos, tecidos, medicamentos e combustíveis. Tais vilarejos também serviram de polos de atração para a população recém-chegada e deram origem aos atuais municípios de São João da Baliza, São Luiz do Anauá e Caroebe¹⁴.

O município de Caroebe fica a aproximadamente 280 quilômetros da capital Boa Vista e abriga o Assentamento Jatapu, implantado pelo Incra em 1983, sendo especificamente voltado à vila de Entre Rios¹⁵.

A criação do assentamento Jatapu está intrinsecamente ligada à abertura da rodovia BR-210, ocupando porção territorial da sua margem esquerda. De acordo com Silveira e Gatti (1988), na ocasião do início do projeto não houve implantação de infraestrutura, a não ser a abertura de vicinais (Silveira & Gatti 1988).

As famílias recém-chegadas, muitas vezes destituídas de bens materiais, contavam umas com as outras para sobrevivência e adaptação na floresta. A constituição de redes de relações que permitiam a realização, em sistema de mutirão, da abertura do lote e de atividades do processo agrícola foi, e ainda é, importante prática entre os agricultores locais, conforme relato de Dona Raimunda Oliveira sobre os desafios do deslocamento para Roraima e permanência na região de Entre Rios¹⁶:

Nós morávamos em Imperatriz, no Maranhão e um vizinho nosso veio conhecer aqui primeiro, Roraima, pra ver se dava dele morar. Aí ele voltou lá para buscar a família e disse: “quero tanto que vocês vão pra Roraima, lá é bom, é lugar novo, lugar bom!”. Aí meu irmão veio aqui pro Caroebe pra conhecer. Não tinha nem Caroebe nesse tempo, não existia comércio, só tinha os lotes mesmo. Na Vila de Entre Rios tinha só mesmo os lotes. Não tinha nem vicinal. Meu irmão passou um ano e voltou e ele disse: “lá é bom e eu vim buscar vocês”. Daí nós arrumamos e

¹⁴São João da Baliza e São Luiz do Anauá foram criados em 1982 e contam com uma população estimada de 7.740 habitantes e 7.600 habitantes, respectivamente (IBGE 2017), já Caroebe, criado em 1997, conta com aproximadamente 9.500 habitantes (IBGE 2017). As distâncias entre as sedes municipais variam entre 25 e 30 quilômetros e se localizam ao longo da rodovia BR-210, sentido Leste, entre o km 500 da rodovia BR-174 e o rio Jatapu, na porção Sudeste de Roraima. O rio Jatapu é o limite Noroeste da Terra Indígena Wai Wai Trombetas-Mapuera.

¹⁵O assentamento tem uma área de 164.212 ha e capacidade para 2.184 famílias. Em 1988 havia 450 famílias assentadas pelo Incra. Atualmente são 1.878 famílias assentadas (Incra 2017).

¹⁶Dona Raimunda de Oliveira, conhecida como Mundoca é esposa do sr. Antônio Carlos Pereira Alves, o sr. Pututa. Chegaram nas imediações de Entre Rios, em 1981. Fazem parte de outra parentela que ocupa a Vicinal 15.

viemos. Viemos com os cinco meninos. Quando nós chegamos aqui foi um sufoco! Os meninos choravam procurando alguma coisa pra comer e não tinha. Lá tinha tudo, né? Verdura aqui não tinha ainda... Nós fomos plantar muda de banana, goiaba, laranja pra poder ter frutas, essas coisas que dá mais ligeiro, né? Aí que nós fomos nos situar pra poder começar. Era bom pra trabalhar, mas era difícil! Chegamos e ficamos na BR. Entramos na Vicinal 15 depois. Minha irmã veio mais cedo aqui pra dentro, quando tiraram a Vicinal ela já entrou (D. Raimunda, comunicação pessoal, set. 2018).

Se mesmo no início da década de 1970 muitas famílias estavam se deslocando principalmente para o Sul do estado e, de acordo com Santos (2010), fazendo a marcação da terra de forma espontânea, sem a presença do Incra, delimitando as áreas com cipó-titica, essa maneira de atuação continua sendo reproduzida nas décadas seguintes. Isto é, uma área de terra é atribuída a cada família, organizada pelos próprios grupos que ocupam as terras, cabendo, posteriormente, ao Incra ou mesmo ao Iteraima, o papel de regularização delas. Essa informação é confirmada não somente pelas famílias que fizeram parte do estudo de Santos (2010), mas também pelos técnicos do Incra que a autora teve a oportunidade de entrevistar, bem como por interlocutores da pesquisa de Silva (2017) e de Pereira (2017). Esses autores abordaram o processo de ocupação e a permanência na terra de moradores em dois outros assentamentos

em Roraima: assentamentos Taboca e Cujubim, respectivamente. Assim, o cenário de hoje revela transformações e recoloca a questão da ocupação e acesso a terra.

Com cerca de 10 quilômetros de extensão, a Vicinal 15 foi aberta pelos próprios moradores antes mesmo da criação do Assentamento Jatapu, conforme relatado por seu Vicente. Atualmente, encontramos ao longo da Vicinal, cerca de 17 unidades familiares interligadas por laço de parentesco, vizinhança e compadrio.

Vicente Alves da Costa¹⁷ chegou na localidade em meados da década de 1970 e conta que a abertura do seu lote, no local onde hoje é a Vicinal 15, foi possível por conta da rede de relações que os poucos moradores mantinham entre si.

Naquele tempo eu mexia com garimpo e morava na boca (da Vicinal). Eu trabalhava com garimpo e tinha feito um dinheirinho. Tinham dois caras que tinham chegado de Brasília, aperreados e perguntaram: “rapaz, não tem um servicinho pra mim aí?” E eu falei: “vai fazer dois alqueires lá...Broca e derruba”. Aí a roça queimou bonito. Aí tinha uma mulher aí que falou: se tivesse estrada, eu ia plantar esse arroz de metade com você. E quando o cabra tá com uma pontinha de dinheiro ele vai, né? E ela *aperreada*, querendo trabalhar... Ela tinha um lote na BR, mas estava sem roça lá. Eu disse: “pode plantar a roça, vocês plantam a roça e quando vocês colherem a roça, a estrada tá feita aí”. Só tinha uma *picadinha* velha aí... Daí eu falei: quando você colher essa roça aí, se quiser vir de *jerico*¹⁸, você vem, ao menos até aqui”. Aí no dia que eles

¹⁷ Vicente Alves Costa, o seu Vicente é o patriarca de uma extensa parentela. Com sua primeira esposa, D. Maria, teve seis filhos e criou dois enteados. Com Graça, sua segunda esposa, teve mais seis filhos. Com exceção de duas filhas do primeiro casamento, que moram em Boa Vista, seus filhos e netos estão residindo na Vicinal 15 e no Travessão.

¹⁸ Jerico é um veículo local usado para transporte de grãos, madeira e outros produtos agrícolas. É feito na região reaproveitando peças de outros veículos e utilizando um motor estacionário.

entraram com arroz, eu fui lá no 500 e comprei 800 litros de óleo, e o cara lá no 500, um tal de Antônio Magro me “deu a máquina”. Eu mesmo operava. Aí meti o trator aí e trouxe até na roça dela. Com isso aí, endoidou o pessoal atacando aqui... E eu fui devolver o trator. Daí invadiram a Vicinal, mas peão não aguenta, não. É difícil! Abria a aberturinha e não se acostumava. Aí eu falei pro pessoal que ficava: vocês seguram o lote de vocês e nós abre no manualzão mesmo! Arranjamos motosserra. Daquele tempo, dos antigos, só tem eu aqui. (Seu Vicente, comunicação pessoal, set. 2019).

Nas margens do Estado (Das & Poole 2004) emergem outras formas de organização e gestão do território recém-ocupado. Conforme Das e Poole (2004), as margens não são simplesmente espaços onde o Estado não penetrou. Ao contrário, as margens “são locais nos quais o Estado é continuamente formado nos recessos, nas reentrâncias e nos intervalos da vida cotidiana” (Das & Poole 2004:23). Esses locais, continuam as autoras, “não são meramente territoriais: eles também são, e talvez mais fundamentalmente, lugares de práticas” (Das & Poole 2004:23).

Assim, a forma específica de abertura e ocupação da floresta, caracterizada pelo pioneirismo, pelo protagonismo das famílias e pela associação de famílias para garantir a viabilidade do projeto de permanência na terra perdura até os dias de hoje e conforma a territorialidade local, ou seja, “o esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-a assim em seu território” (Little 2002:3).

O modo específico de abertura, ocupação e uso da floresta e seus espaços para a permanência das famílias e para a realização de projetos de vida caracterizados pela agricultura familiar tradicional amazônica configuram a especificidade deste modo de vida (Noda & Noda 2003).

4. SEU VICENTE E A ABERTURA DO TRAVESSÃO

Seu Vicente é maranhense e chegou em Roraima em meados da década de 1970, depois de passagem pelo garimpo Serra-sem-calça, em Rondônia. Acumulou histórias, causos e aventuras nos seus 68 anos de idade. Circulou muito por conta do trabalho nos garimpos: foi andarilho, nas palavras dele mesmo. Sua trajetória de vida permitiu que presenciasse o fluxo migratório e a ocupação do lugar: as pessoas chegavam e abriam picadas na floresta e tiravam os lotes para suas famílias e outras recém-chegadas.

Chegou na região de Caroebe para trabalhar especificamente na empresa Paranapanema S.A., responsável pela construção da rodovia Perimetral Norte e conta:

“Daqui do Entre Rios eu sou pioneiro. Deixei Caroebe prá traz. Só chamava Caroebe o rio. Não era cidade não. Lá era um depósito de cimento da Paranapanema e ficava um homem, o Coquita, vigiando... Aí eu pulei de lá e vim morar aqui. Aqui no Entre Rios não existia ninguém morando não. Só era a estradona aberta.” (Seu Vicente, comunicação pessoal, março de 2017).

Possui vasto conhecimento do ofício de mateiro¹⁹ e por causa de tal ofício ficou famoso por ser o “homem que conhecia toda localidade”.

Com a descontinuidade das aberturas das estradas, Vicente passou a desenvolver outras atividades, trabalhando como mariscador²⁰, isto é, na atividade de caçador e comerciante de pele de onças e gato-do-mato, vendendo ou trocando o couro por itens de consumo: leite, produtos de higiene e limpeza.

Nessa rotina, ele contou que andava em torno de 3 a 4 dias para adquirir os mantimentos, que transportava nas costas, com seu jamaxim, um cesto trançado com folhas de babaçu e cipó. Ia para os garimpos e ficava até seis meses; quando voltava plantava a roça, comprava mercadoria e “caía no mundo” novamente. Depois, como ele próprio conta, “largou da garimpagem” e foi “mexer com agricultura”²¹.

Batistella e Brondizio (2001) apontam que a trajetória de abertura e ocupação de lotes segue movimentos ligados aos estágios de estabelecimento, de expansão e da consolidação da unidade rural. Para esses autores, a magnitude desses pulsos está atrelada à localização e condição do

lote, ao tempo de ocupação, à estrutura e composição da unidade doméstica e, por fim, ao acesso a políticas de crédito agrícola. Acrescida a esses fatores há também a especificidade da forma de uso da terra e recursos naturais, desse modo, ao longo dos anos, seu Vicente passou a abrir picadas, fossem elas trilhas de caça, caminhos para a extração de castanhas e mesmo novas aberturas na floresta para cultivo, estratégia que legitima novas ocupações.

Juntamente com o cultivo agrícola, seu Vicente sempre desempenhou as atividades de extração de castanha. A coleta da castanha ainda é praticada, e é uma atividade sazonal. A safra acontece entre os meses de março a setembro, período em que os frutos – conhecidos como ouriços – caem no chão, debaixo da copa das árvores. As castanheiras são espécies nativas da floresta e há regiões com maior incidência da espécie: os castanhais. Na região de Entre Rios, a coleta da castanha é uma atividade masculina. Assim, aquele que sai para quebrar castanha, abre uma picada na mata e passa por diversas castanheiras, amontoando os ouriços para posterior quebra e retirada das

¹⁹ O mateiro é um exímio conhecedor da floresta, e nas palavras do próprio seu Vicente, “mateiro é quem trabalha na linha de frente, é uma classe de gente que tem o conhecimento da mata para saber as rotas e necessário para as empresas abridoras de estrada”.

²⁰ Mariscador é como eram chamados os caçadores de onça e gato-do-mato, e que comercializavam as peles desses animais, atividade muito praticada por membros das primeiras famílias que chegaram na localidade. Célio, enteado de seu Vicente, contou que “quando os igarapés secavam, esses animais procuravam os igarapés, eu acredito que para pegar algum marisco, né? Algum peixe, algum tipo de animal que ficava ali pela água, naquelas poças d’água. E aí eles faziam as arapucas, as armadilhas e conseguiam capturar esses gatos, né? Por isso chamava mariscador, né? Porque pegavam os felinos que mariscavam esses pequenos peixes e roedores e outras coisas que ficavam na beira d’água...”.

²¹ As pesquisas de campo e a experiência das autoras em Roraima apontam para o fato de que o deslocamento lote-garimpo é constitutivo do seu cenário rural. Poucos trabalhos abordam esta dinâmica no estado, com destaque para a dissertação de Marina Sousa Lima (2018).

sementes. As sacas de sementes são transportadas, carregadas pela floresta para serem vendidas. É interessante notar que tal qual a atividade da caça, a atividade da coleta da castanha não é exercida dentro dos limites de um único lote. Um corpo de conhecimentos e regras específicas orientam a extração da castanha e a caça, e dizem respeito a uma forma particular de gestão e uso do espaço e dos recursos naturais²². As atividades de caça e coleta subvertem a lógica de codificação familiar do espaço agrícola, ou seja, de lotes de terra agricultável que são explorados pelo trabalho familiar. A caça e a coleta da castanha têm uma outra forma de uso do território, atravessando fronteiras e domínios. Tais atividades revelam também uma outra gramática moral, que não se organiza a partir da lógica do trabalho, do suor e da luta da família na roça. Não se pode adentrar uma roça para colher os produtos dos vizinhos, mas é possível adentrar em lotes vizinhos para a coleta de castanhas em castanhais nativos ou para perseguir um animal.

Assim vemos que a especificidade da forma do uso da terra por famílias de pequenos agricultores em áreas de floresta amazônica envolve a distribuição espacial de diversos componentes e

atividades que, articulados, compõem o sistema de produção local: o roçado, onde são cultivadas as espécies de ciclo anual; a capoeira, que são as terras em repouso; o quintal ou terreiro no qual estão cultivadas as frutíferas e hortaliças; a área da mata onde são realizadas as atividades extrativistas, como a caça, pesca e extração de alimentos, fibras e remédios (Noda & Noda 2003)²³. Há ainda entre os moradores da Vicinal 15 e do Travessão, a prática da criação de animais de pequeno porte e recentemente a criação de pequenos rebanhos de gado bovino também adotada por alguns dos moradores, sendo realizada em pastos abertos próximos às casas.

O uso de estratégias de reprodução social que visam garantir a permanência na terra, o problema da fragmentação da terra ao longo do tempo e o controle desse processo são questões recorrentes que levam à adoção de diferentes dinâmicas da agricultura familiar²⁴. Moura (1978) cita a combinação de outras estratégias: o uso da terra apenas como espaço de morada para os filhos, a saída das filhas para as terras dos sogros, a migração de outros filhos para a cidade, e mesmo a compra ou ocupação de novas terras com vistas à não fragmentação da terra e a garantia da reprodução familiar.

²² Para mais detalhes sobre sistemas de uso comum dos recursos naturais conferir: Araújo (2014), Barbosa e Marin (2010) e Diegues e Moreira (2001).

²³ A lógica de organização do espaço de produção, baseada na agricultura de corte e queima, para além das suas origens indígenas, é encontrada também entre populações quilombolas e camponeses nordestinos, tais como os interlocutores deste trabalho. É também objeto de muitos estudos, como os de Woortmann (1982), Ludivine et al. (2020), Adams e Murieta (2008) e Cardoso (2008, 2009).

²⁴ Estratégias sucessórias para a reprodução social de famílias rurais vêm sendo objeto de diversos estudos. Para citar alguns: Brumer e Anjos (2008), Woortmann (1995), Carneiro (1996), Godoi (1999), Almeida (1986), Woortmann (1990) e Garcia Jr. (1989).

Em face dos entraves na regularização fundiária na área da Vicinal 15, pensar em uma vertente geracional de produção familiar torna-se problemático. Essa condição, aliada à disponibilidade de terras a serem abertas, impulsiona o deslocamento para outras áreas, tal qual o Travessão da Vicinal 15, atualmente ocupado, entre outros, por filhos dos primeiros ocupantes do assentamento Jatapu.

A porção territorial onde foi aberta o Travessão é adjacente à área da Vicinal 15, porém fica fora dos limites do assentamento, em uma área da União. Seu Vicente conta que era a sua picada de caçada: “há muitos anos passo por lá”. Há cerca de 10 anos “tirou uns lotes” pensando nos filhos, já que três deles estavam morando em Boa Vista. Desse modo, situamos a estória da abertura do Travessão como uma estratégia de reprodução social e espacial do modo de vida e do sistema de produção local: uma área de uso e cultivo familiar, aberta pelo seu Vicente e ocupada inicialmente por sua parentela²⁵.

“Só era eu mesmo que plantava lá dentro, tinha o Celino, esses meninos, tinha terreno lá dentro, mas não moravam. E sempre abria, fazia um pedacinho, fazia outro. Lá tinha de tudo. [...]. Em seis meses apareceu o Zeca, foi e derrubou ali um pedaço, depois de quase um ano, apareceu o “Cútia”, depois a Sabá e a Vilmara. Dei um pedaço de terra para Vilmara. No Zeca ainda

tem a pedra da marcação. Aí vieram todos os filhos, e decidi ficar por aqui.” (Seu Vicente, comunicação pessoal, set. 2019).

A adoção dessa estratégia para a sucessão geracional na terra permite perceber uma das diferentes formas pelas quais famílias de agricultores neste contexto social específico reproduzem-se socialmente e dão continuidade às suas atividades, garantindo a permanência na terra. Ainda que os filhos de seu Vicente tivessem optado por deslocamentos²⁶, circulando por outros espaços e localidades, ele garantiu-lhes a possibilidade do retorno, como relata uma de suas filhas, Vilmara:

“Eu só consegui aqui, por causa do pai que segurou essas terras. Morei em Rorainópolis, morei em Boa Vista, voltei pra cá, fui pra lá de novo. E ele segurou. Quando eu disse que voltaria, ele me deu, agora que não vou sair daqui. Já morei em muitos cantos. Eu nasci e me criei aqui, bem dizer. A vida da cidade é muito complicada: morei 10 anos em Rorainópolis, voltei pra cá, passei um tempo aqui, voltei pra Boa Vista, onde passei 10 anos e decidi voltar pro meu lugar. Fui porque os meninos eram pequenos e tentei dar uma vida melhor, porque assim, pra pessoa trabalhar sozinha e sustentar um monte de menino é difícil. Minha opção era ir pra cidade, criei todos e agora eles vão trabalhar pra mim. O que podemos oferecer aos filhos é o estudo. Eu não tinha nenhum domingo de folga, eu não tinha nada, só trabalhando para os outros. Lá em Boa Vista, não consegui nenhuma casa pra morar, apenas um terreno.” (Vilmara, comunicação pessoal, set. 2018).

²⁵ Usamos aqui a definição de Almeida (1986:12), que compreende parentela como “coalizões políticas de grupos domésticos (famílias) ligados por parentesco, isto é, por laços de consanguinidade (que são bilateralmente reconhecidos)”.

²⁶ A análise da migração e dos deslocamentos como constitutivos das dinâmicas e estratégias de reprodução social camponesa, sejam eles sazonais ou permanentes, é objeto de estudo na literatura nacional e internacional: Garcia Jr. (1989), Menezes (2009) e Scott (2009). Para a literatura acerca de movimentos e a gramática moral subjacente, conferir Comerford (2014).

O ano do início da abertura da picada é impreciso, porém a marcação dos lotes de modo mais sistemático ocorre a partir de 2010 e a organização espacial foi pensada estrategicamente para que os seus filhos pudessem ficar perto uns dos outros, ou seja, a estratégia foi garantir a permanência da parentela no Travessão. Conforme relata Lena, nora de seu Vicente:

“Seu Vicente já tinha algumas produções, porém não escoava... só plantava para alimentação da família. Não era dele, trabalhar como ele trabalha agora, agora ele trabalha... agora ele tem bananal, roça e aquilo. Eu acho que ele fazia isso pra segurar os lotes, pra dizer que plantava e que tinha dono. Agora sim, ele tem seu lote e seu bananal bonito. Igual a todo mundo que tem seu lote. Ele trabalhava só pra dizer que era seu, estava marcando território. Quando chegamos aqui não tinha estrada, era assim, pegamos a foice e abrimos o caminho, mato de um lado e outro. Nosso transporte era uma égua, não era carro nem moto, aqui só entrava uma égua, a lama batia nos joelhos.” (Lena, comunicação pessoal, set. 2019).

Na ocasião da ocupação, com a abundância de terras, seu Vicente conta que “surgiu a fofoca da terra e foi entrando gente e reabrindo”. Moradores da Vicinal 15 e de outras vicinais chegaram para “tirar lotes” na área, com o consentimento de seu Vicente. Afinal, como ele afirma, “é se unindo que se consegue as coisas”. Assim, motivados também pela disponibilidade de terra e pela qualidade dos solos da região, agricultores tiraram lotes e iniciaram o cultivo de roças de banana. Juntos, utilizando motosserras e em sis-

tema de mutirão, converteram a picada original em um carreador²⁷, e, posteriormente em um travessão, que permite o trânsito de motos, caminhões e caminhonetes, de acordo com o regime de chuvas da região²⁸. Alguns dos desafios dos primeiros anos de ocupação da região se recolocam. A dificuldade da abertura da via de acesso para a locomoção e transporte de produção é o maior deles. Desse modo, redes de ajuda e solidariedade – que vão além daquelas de parentesco, abarcando também relações de amizade, são acionadas e moradores locais continuam a se articular para solucionar problemas imediatos de forma coletiva. Nesse sentido, movidos pela péssima situação do Travessão após o período das chuvas mais intensas, os agricultores se mobilizaram para pagar combustível e as diárias para operadores de máquinas para que dois tratores abrissem o Travessão.

Cerca de 24 famílias ocupam os lotes do Travessão. Segundo seu Vicente, “o pessoal pegava terra grande e depois foi vendendo”. Assim, alguns dos atuais donos residem nos lotes dentro do Travessão; outros moram na Vicinal 15 ou em outra vicinal nas proximidades e utilizam a área para o cultivo da banana, mandioca e para outras atividades extrativistas. A péssima condição de trafegabilidade durante o período de chuvas aliada à ausência da rede de energia elétrica são os maiores impeditivos à fixação de residência no Travessão.

²⁷A diferença entre carreador e travessão diz respeito à trafegabilidade e condições da estrada.

²⁸O clima de Roraima caracteriza-se pelo inverno chuvoso, que ocorre entre os meses de abril a setembro, e pelo verão seco, que ocorre entre os meses de outubro a março.

5. O IMPASSE DA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

Problemas relacionados à regularização fundiária são o principal entrave para o uso da terra e a efetiva atribuição de direitos na Amazônia Legal. Tal situação tem implicações diretas no desenvolvimento econômico, no aumento da taxa de desmatamento, no crescimento do número de conflitos e expropriações, nas decisões de agricultores acerca das formas de uso da terra e nas estratégias de sucessão²⁹.

Os estados do Amapá e de Roraima possuem ainda uma situação peculiar: foram criados a partir da Constituição Federal de 1988 por transformação dos respectivos territórios federais. Isso significa que para implementar qualquer programa de regularização fundiária é necessário primeiramente transferir ao domínio desses estados as terras pertencentes à União.

Em Roraima, o processo de transferência das terras da União ao domínio do Estado não ocorreu de forma automática. De acordo com Souza (2015), somente em 2001 foi promulgada a Lei n. 10.304 atendendo a esse objetivo. No entanto, a regulamentação desta lei, publicada pelo Decreto 6.754 só ocorreu em 2009. Tal decreto trouxe uma série de condicionantes, requerendo análises e investigações acerca da situação jurídica institucional do estado de Roraima, que permanece sem ingerência sobre considerável parte das terras dentro do seu limite geográfico (Arantes 2009).

Assim, a visibilidade de tensões pela terra tem

emergido mais recentemente especialmente a partir da reconfiguração das responsabilidades do poder público local diante do repasse de mais de 6 milhões de hectares, anteriormente de responsabilidade da União, para o controle do governo estadual. Diante da iminência do repasse das terras, todo um complexo esquema de reordenamento da questão fundiária no estado se estabeleceu. Nesse processo, a indefinição sobre os limites dessas áreas e a discussão sobre qual ente federativo é de fato responsável por sua administração e titulação criam um ambiente de indefinição que vem imobilizando uma série de ações ordinárias referentes ao uso dessas terras pelas populações rurais.

Fruto dessa indefinição, até o momento, nenhum dos 67 assentamentos criados pelo Incra é emancipado – desde os projetos de colonização em suas diferentes modalidades, até mesmo os projetos de assentamentos, isto é, todas essas áreas ainda estão sob a tutela do Incra, mesmo que tenham sido criadas há mais de 30 anos.

Assim, eis um pequeno quadro que o imbróglgio da questão fundiária em Roraima acabou por desenhar: famílias que ocuparam os lotes do assentamento Jatapu no final da década de 1970 e meados da década de 1980, e desde daquela época permanecem morando e produzindo na área, ainda que não possam legalmente alienar ou tampouco dividir a terra entre os filhos, pois o assentamento ainda não foi emancipado (momento a partir do qual é permitido o registro da propriedade em cartório).

Ainda que exitosos na atividade agrícola,

²⁹ Ver Alston et al. (2012), Araújo et al. (2018), Benatti (2009), Wood et al. (2001) e Menezes (2015).

essas novas gerações de agricultores familiares permanecem enfrentando os mesmos dilemas³⁰ das primeiras levas de agricultores, uma vez que a imobilidade dos órgãos responsáveis pela regularização fundiária no estado de Roraima – fortemente impactada pela discussão sobre o repasse de terras da União ao Estado – acaba por promover os mesmos obstáculos para o gerenciamento produtivo e familiar para aqueles envolvidos com a agricultura de base familiar no estado.

Os moradores da Vicinal 15 possuem, em sua maioria, o Contrato de Concessão de Uso (CCU). No entanto, ainda não foi finalizado o processo de georreferenciamento dos lotes, prerrogativa para a emissão dos títulos definitivos, regularização fundiária e emancipação do assentamento.

A situação da regularização do Travessão aparenta ser mais complexa, visto que sua localização extrapola os limites do assentamento e incide em terras que ainda necessitam ser discriminadas e repassadas ao estado de Roraima. Tal condição coloca os agricultores locais em um cenário de instabilidade e insegurança em relação à permanência na terra.

6. RUMORES, SOCIABILIDADE E PERTENCIMENTO

Foote-Whyte (1943) escreveu que as interações sociais dos pesquisadores com os interlocutores dependem das relações interpessoais desenvolvidas:

um simples café ou a ajuda em pequenas tarefas cotidianas nos proporcionou conversas valiosas com nossos interlocutores, moradores da Vicinal 15 e Travessão. Foram nessas situações que escutamos diversos rumores que circulavam entre a rede de sociabilidade de seu Vicente. A maioria dos rumores era sobre as brechas causadas pela incerteza do processo de regularização fundiária.

A circulação de rumores na Vicinal 15 e Travessão é merecedora de uma análise mais profunda e detalhada, que não será realizada neste artigo. Ao abordar os rumores nesta sessão, intencionamos iluminar o aspecto da comunicação cotidiana que cumprem os rumores, cuja difusão acontece pela circulação e interação entre moradores da Vicinal e Travessão, conformando também estratégias de permanência na terra. Rumores espalham e circulam por meio de uma dinâmica própria baseada em critérios de hierarquia e legitimidade (Piaia 2018). Tais informações emergem e circulam no contexto da insegurança e incerteza em relação à titulação da terra do Travessão e povoam conversas relacionadas à perspectiva de projetos para um futuro mais imediato.

Anos atrás circularam rumores de que Zé do Galdino, um fazendeiro da região e conhecido grileiro de terras, estava fazendo abertura nas terras que fazem fundo com os lotes do Travessão. Ninguém sabia ao certo como eram essas aberturas e tampouco a intenção do grileiro. No

³⁰ A dificuldade para o escoamento da produção dada a péssima trafegabilidade das vicinais, a incerteza da documentação da terra, a falta de acesso aos programas de créditos, a inexistência de assistência técnica rural, a ausência de serviços públicos, como escola e posto de saúde e até mesmo energia elétrica no Travessão e Vicinal 15, são alguns dos entraves que se atualizam, embora em outros contextos.

entanto, em adição ao clima de tensão e de insegurança gerado, moradores passaram a se visitar fazendo circular também notícias da movimentação nas áreas de floresta mais remotas, trazidas por quem havia realizado uma caçada ou uma incursão para alguma coleta³¹.

Há um razoável trânsito de moradores que circulam entre lotes vizinhos, quer sejam do Travessão ou da Vicinal 15. As famílias possuem pelo menos uma motocicleta e há um fluxo cotidiano de idas e vindas para a Vila de Entre Rios, para a compra de mantimentos ou outros serviços. Nesses movimentos, fazem paradas em casas vizinhas, e com isso, circulam notícias, produtos, rumores, fofocas.

Não por acaso, os filhos de Vicente que estavam residindo em Boa Vista e já com desejo de regressar para a Vicinal, concretizaram o retorno. Zeca e Cutia – como são conhecidos – e suas respectivas famílias passaram a ocupar os seus lotes de dentro do Travessão, construindo moradias e iniciando o plantio de bananas.

Seu Vicente aponta que cultivava na localidade, indicando a posse e garantindo a terra para seus filhos:

“Eu fiz a abertura prá lá e tinha o Zé do Galdino e ele fez umas áreas de terra aí dentro. Ele mandou uns empregados abrir e passou das minhas aberturas. Ele desconfiou, porque quando os caras foram cortar picada, trouxeram milho verde, trouxeram feijão verde, abóbora...Lá de dentro. Eu já tinha plantado.” (Vicente, comunicação pessoal, set. 2019).

Firth (1956) argumentou que os antropólogos são afetados em suas etnografias pelos rumores. Ao detalhar a vida social dos ‘nativos’ da Ilha Tikopia notou que o rumor se caracteriza pela disseminação de relatos não verificados, de precisão duvidosa e estão principalmente entrelaçados aos assuntos sociais. Desse modo, os rumores não têm papel meramente negativo no cotidiano e não são invenções. Ao contrário, corroboram com o funcionamento social e são modos de conhecer o mundo e de exercer alguma forma de controle sobre acontecimentos que se desenrolam nele. Assim, a difusão dos rumores não diz respeito à ação de indivíduos de forma isolada, mas apontam para a participação em processos mais amplos de constituição de redes e pertencimentos.

Gluckman (1963) sugere que os rumores são processos da manutenção e perpetuação de um grupo social, desse modo, podem funcionar no sentido da manutenção da moral e valores coletivos, além de facilitar o controle e regular as disputas internas e aspirações individuais dentro do grupo. Em suas análises sobre rumores, ele constatou que o pertencimento a um grupo social também pode ser revelado a partir da adesão e partilha de fofocas e rumores entre seus membros. Rumores, fofocas e boatos possuem funções: transmitem, como também incorporam, regras rigidamente controladas.

³¹ Notamos que caça e coleta, extrapolando o espaço dos lotes familiares, são uma forma de uso do território e de conhecimento do mundo, dos seus habitantes e do que se passa entre eles. Caçar e coletar não é reivindicar apenas com os pés o direito de usar o território para determinados fins, mas também com a mente e com os sentidos.

Os rumores, desse modo, refletem consistências ordinárias da vida e corroboram para o funcionamento social. Rumores circulam, acompanhando a dinâmica de movimentos que as pessoas fazem pelas casas de familiares, parentes e vizinhos, pelas matas, pelas estradas, pelo mundo. Nesse fluxo, movimentam-se não apenas pessoas, mas também informações sobre elas mesmas e sobre o estado do mundo e das relações entre os seus entes.

A área de impacto da Usina Hidrelétrica Jatapu faz limite com a porção territorial do Travessão. Seu Vicente, graças a seu conhecimento de mateiro, “foi convidado a participar da pesquisa da construção da barragem” empreendida pelo governo estadual no início da década de 1990. Ele conta que “ajudou” a delimitar as áreas definindo a área de impacto da hidrelétrica, que ocupa um perímetro de 3 quilômetros a partir da represa. O morador relata que, na ocasião, questionou os responsáveis da empresa sobre a possibilidade de futuras limitações territoriais aos moradores da Vicinal 15, demonstrando que a preocupação com a garantia da permanência na terra é algo que o acompanha, tanto quanto aos outros moradores da Vicinal. Ele foi informado que não haveria nenhum problema, visto que os lotes não incidem nos limites da área de influência da Usina Hidrelétrica de Jatapu, atualmente administrada pela Companhia Energética de Roraima (CERR).

Circularam rumores acerca da intenção do governo do estado de Roraima em desapropriar as terras na região do Travessão e da Vicinal 15 para o aumento da área da barragem da Usina

Hidrelétrica e a interpretação de Manoel, genro de Vicente, acerca dos mecanismos que articulam a política local são muito reveladoras:

“Eles inventam história só para amedrontar as pessoas, porque é só mentira, esse negócio de invasão, ali só é papo. Até porque esse negócio da história da barragem ali que já foi no tempo do Otomar, né!? Ele deixou tudo feitinho já, ninguém vai invadir mais, porque já está tudo no documento. Daí como vão aumentar as terras? Eles mentem, porque são caras que querem ganhar votos. [...] Primeiro, eles fazem muito pra confundir as pessoas, hoje uma reunião aqui, aí hoje eles têm uma explicação, entendeu? Na próxima reunião, a explicação já é de outro órgão, esse que eles falaram hoje, já não fala mais, já é de outro. Todas as pessoas ficam neutras, sem entender o que está acontecendo, mas isso é só meio de política, porque política tem papo demais. Vamos ver se essa história que rolou, aqui! Se não fizermos isso *daqui* a Federal vai chegar e expulsar todo mundo. Onde já se viu isso, em um lugar desse aqui, que tem mais de 10 anos, que tá apropriado, a Federal chegar e expulsar todo mundo? Não é assim, não é bem assim, as coisas não são assim. Política é política, temos que entender que política só ganha eleição com mentira, enganando as pessoas. [...] A gente tendo uma terra documentada é tudo legalizado, nós vamos no banco, fazemos empréstimos e projetos de dez mil, cinquenta mil. Já pensou dez moradores *daqui*, legalizados? Todos fazem um empréstimo no banco de quarenta mil, cada qual tira dez mil, e vamos ajeitar a estrada? A estrada seria um tapete. Por que hoje existe essa dificuldade de nos ajudar? Porque eles sabem, conhecem, se a gente tá com documentos em mãos, a gente tá livre deles.” (Manoel, comunicação pessoal, set. 2018).

Menezes (2020) aponta que rumores circulam também em cenários de instabilidade e precariedade nas relações interinstitucionais e políticas estatais. São diferentes formas de resistência às

grandes narrativas, reexistindo nas pequenas interações e nas comunicações cotidianas que revelam a capacidade de lidar com as situações de conflito e incertezas.

Recentemente, buscando a regularização fundiária de seus lotes, alguns dos moradores do Travessão pagaram cerca de R\$ 3.000 a uma empresa de serviços de georreferenciamento. A empresa parcelou o valor, o que permitiu a contratação do serviço. A intenção foi a de elaborar um mapeamento do Travessão, objetivando adiantar as funções que seriam do Estado, como parte do protocolo para a regularização fundiária. Se a incerteza do título da terra refletia na suspensão do ritmo da vida, paralisando projetos de melhorias nos lotes do Travessão em razão da insegurança em relação à permanência na terra, a realização do georreferenciamento aparenta reverter de alguma forma este quadro. Passamos a observar investimentos diversos: construção de casas de alvenaria substituindo as moradias de madeira serrada, aquisição de placas solares e eletrodomésticos, indicando a possibilidade de um novo cenário. Observamos também uma postura assertiva e consciente em relação à permanência na terra, representada pela fala de Vilmara, filha de seu Vicente:

“Não deixo e nem vou deixar, só se chegar na hora, e dizer que tenho que sair, se não vou continuar trabalhando e produzindo. Não vou largar nada, por causa de uma conversa. E se tiver, vamos lutar e correr atrás do nosso direito. Se até as de fora, não tem nenhuma definição, e olha que são antigas as terras do pai da BR-210. Eu não vou deixar de trabalhar e se vierem vou correr atrás dos meus

direitos. Nunca vou vender aqui, por incerteza, é aquele ditado, né!? Terra, não se vende, se compra. Vender é fácil, pra você conseguir outro é muito difícil. Querem nos assustar, para os fazendeiros tomarem de conta, já querem invadir a fundiária. Isso é só politicagem, é por causa do minério. Até agora não tem nada definido. Só política.” (Vilmara, comunicação pessoal, set. 2019).

Notamos que vulnerabilidades percebidas pelos moradores não anulam os projetos de permanência, mas os intensificam e reelaboram, tal qual aponta Menezes (2020).

Desse modo, moradores do Travessão incorporam novas formas de resistir, investindo em benfeitorias nos lotes, e tomam tais decisões dentro de um campo de possibilidade que lhes é oferecido, o que nos remete novamente às proposições de Ortner (2007).

Enredadas em teias de relações que compõem seu mundo social, suas ações são produtos de negociações interativas e envolvem projetos vinculados às motivações e escolhas, estratégias, contextos sociais específicos, redes de relações disponíveis, expectativas e significados atribuídos a terra e à permanência no lugar, revelando a interrelação dinâmica do mundo social e práticas de pessoas reais (Ortner 2007).

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho buscamos compreender como práticas de ocupação e uso do território configuram as vidas de pessoas e como também produzem relações e sentidos sociais orientados para a permanência na terra.

O cenário local é emoldurado pelo processo de repasse das terras da União para o estado de Roraima, que complexifica a possibilidade de regularização fundiária e a efetiva propriedade da terra.

Assistimos na Vicinal 15 e no Travessão processos de reprodução social de modos de vida e territorialidades orientados por formas particulares de abertura e ocupação e distribuição de terras em áreas de floresta. O pioneirismo e protagonismo dos moradores, revelados pela trajetória de seu Vicente, aparecem como carac-

terísticas centrais deste processo, fruto também do processo histórico de ocupação e colonização. A construção de estratégias entre os moradores para garantir a viabilidade do projeto de permanência na terra revela a agência de sujeitos para lidar com contingências colocadas pela incerteza da regularização fundiária no complexo quadro de repasse das terras da União. Em meio a circulação de rumores, ensejam incertezas e tensões, que são atenuados por formas de reelaboração engendradas em ações cotidianas.

8. REFERÊNCIAS

Adams, Cristina, Murrieta, Rui Sérgio. 2008. A agricultura de corte e queima: um sistema em transformação. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi - Ciências Humanas* 3(2): 153-174. <https://doi.org/10.1590/S1981-81222008000200003>

Almeida, Mauro William Barbosa. 1986. Redescobrimo a família rural. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* 1(1): 66-93.

Alston, Lee, Harris, Edwyna, e Mueller, Bernardo. 2012. The Development of Property Rights on Frontiers: Endowments, Norms and Politics. *Journal of Economic History* 72(3): 741-770. <https://doi.org/10.1017/S0022050712000356>

Alves, Maria Tereza Ribeiro. 2020. Modelos de assentamentos como propulsores do desmatamento na Amazônia. Tese de Doutorado, Universidade de Brasília, Programa de Pós-Graduação em Ciências Florestais, Brasília.

Araujo, Claudio et al. 2009. Property rights and deforestation in the Brazilian Amazon. *Ecological Economics* 68(8-9): 2461-2468. <https://doi.org/10.1016/j.ecolecon.2008.12.015>

Araujo, Marisa Barbosa. 2014. *Questões do uso comum: transformações das lógicas de apropriação de territórios e recursos naturais*. Boa Vista: EDUFRR.

Arantes, Emerson Clayton. 2009. Regularização fundiária e direito de propriedade na Amazônia Legal: um estudo de caso do Estado de Roraima (1988-2008). Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Economia, Porto Alegre.

Baines, Stephen G. 1996. A resistência Waimiri-Atroari frente ao indigenismo de resistência. *Série Antropologia* 211.

Barbosa, Maria Betanha, Acevedo Marin, Rosa Elizabeth. 2010. Manejo e uso comum dos recursos naturais em populações quilombolas no vale do Rio Capim – PA. *Novos Cadernos NAEA* 13(1): 27-45. <http://dx.doi.org/10.5801/ncn.v13i1.337>

Barbosa, Reinaldo Imbrozio. 1993. Ocupação humana em Roraima II – uma revisão do equívoco da recente política de desenvolvimento e o crescimento desordenado. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi* 9 (2): 177-197.

Barros, Nilson Cortez Crócia. 2010. Memória oral e escrita, frentes florestais e a construção do trabalho geográfico. *Revista de Geografia* 26 (2): 61-72.

Batistella, Mateus; Brondizio, Eduardo. 2001. Uma estratégia integrada de análise e monitoramento de assentamentos rurais na Amazônia. *Anais GIS Brasil 2001*: 1-9.

Benatti, José Heder et al. 2009. Questão fundiária e sucessão da terra na fronteira Oeste da Amazônia. *Novos Cadernos NAEA* 11(2): 85-112. <http://dx.doi.org/10.5801/ncn.v11i2.273>

Bourdieu, Pierre. 2004. *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense.

Bourdieu, Pierre. 1996. A ilusão biográfica, in *Usos e abusos da história oral*. Organizado por Ferreira, Marieta, Amado, Janaina, pp.183-191. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.

Cardoso, Thiago Mota. 2008. Etnoecologia, construção da diversidade agrícola e manejo da dinâmica espaço-temporal dos roçados indígenas no rio Cuieiras, baixo rio Negro, Amazonas. Dissertação de Mestrado, Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, Programa de Pós-Graduação em Biologia Tropical e Recursos Naturais, Manaus.

Cardoso, Thiago Mota. 2009. Manejo da agrobiodiversidade na agricultura indígena de corte e queima do baixo rio Negro, Amazonas, Brasil. *Revista Brasileira de Agroecologia* 4(2): 2180-2183.

Comerford, John. 2014. Vigiando e narrar: sobre formas de observação, narração e julgamento de movimentações. *Revista de Antropologia* 57(2): 107-142. <https://doi.org/10.11606/2179-0892.ra.2014.89110>

Cordeiro, Manuela. 2021. Quadrados burros”, “espinhas de peixe” e outros caminhos no meio rural amazônico, in *Antropologia das mobilidades*. Organizado por Vidal, Candice, Souza, André Dumans G., pp. 330-348. Brasília: ABA Publicações.

Diegues, Antônio Carlos, Moreira, André. 2001. *Espaços e recursos naturais de uso comum*. São Paulo: NUPAUB.

Diniz, Alexandre M. A. 2008. Fluxos migratórios e formação da rede urbana em Roraima. *Geografia* 33 (2): 269-387.

Firth, Raymond. 1956. Rumor in a primitive society. *The Journal of Abnormal and Social Psychology* 53(1): 122-132. <https://doi.org/10.1037/h0044891>

Foote-Whyte, William. 1975. Treinando a observação participante, in *Desvendando Máscaras Sociais*. Organizado por Guimarães, Alba Zaluar, pp. 77-86. Rio de Janeiro: Francisco Alves.

Garcia Jr., Afrânio. 1989. *O Sul, caminho do roçado: estratégias de reprodução camponesa e transformação social*. São Paulo: Marco Zero; Brasília: UnB/CNPq.

Gluckman, Max. 1963. Papers in honor of Melville J. Herskovits: Gossip and scandal. *Current Anthropology* 4(3): 307-316.

Godoi, Emília Pietrafesa. 1999. *O trabalho da memória: cotidiano e história no sertão do Piauí*. Campinas: Centro de Memória Unicamp.

Heredia, Beatriz Maria. 1979. *A morada da vida: trabalho familiar de pequenos produtores no Nordeste do Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. *Assentamentos*. 2017. <http://painel.incra.gov.br/sistemas/index.php>

Kohlhepp, Gerd. 2002. Conflitos de interesse no ordenamento territorial da Amazônia brasileira. *Estudos Avançados* 16 (45): 37-61. <https://doi.org/10.1590/S0103-40142002000200004>

Lima, Marina Sousa. 2018. De picadas, lotes, cutiões e precisão: sociabilidade e modos de habitar no Projeto de Assentamento Ajarani, RR. Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual de Campinas, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Campinas.

Ludivine, Eloy et al. 2020. Os sistemas agrícolas tradicionais nos interstícios da soja no Brasil: processos e limites da conservação da agrobiodiversidade. *Confins - Revista Franco Brasileira de Geografia* 45. <https://doi.org/10.4000/confins.28182>

Menezes, Marilda Aparecida. 2009. Migrações: uma experiência histórica do campesinato no Nordeste, in *Diversidade do campesinato: expressões e categorias, v.2: estratégias de reprodução social*. Organizado por Godoi, Emilia Pietrafesa, Menezes, Marilda Aparecida, e Acevedo, Rosa Maria, pp. 269-287. São Paulo: Ed. Unesp; Brasília: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural.

Menezes, Palloma. 2020. Teorias dos rumores: comparações entre definições e perspectivas. *Sociabilidades Urbanas* 4(12): 21-42.

Menezes, Thereza Cristina Cardoso. 2015. A regularização fundiária e as novas formas de expropriação rural na Amazônia. *Estudos Sociedade e Agricultura* 23(1):110-130.

Monteiro, Elisângela, Laroque, Luís. 2018. A abertura da rodovia BR-174 na Amazônia brasileira e seus desdobramentos para o estado de Roraima. *Revista Presença Geográfica* 5(2): 71-78. <https://doi.org/10.36026/rpgeo.v5i2>

Nóbrega, José Aderivaldo, Menezes, Marilda Aparecida. 2012. É do caulim pro roçado: o trabalho agrícola e a extração mineral no Seridó paraibano. *Revista da ABET* 11(2): 76-92.

Noda, Sandra do Nascimento et al. 1997. O trabalho nos sistemas de produção de agricultura familiar na várzea do estado do Amazonas, in *Duas décadas de contribuição do INPA à pesquisa agrônômica no trópico úmido*. Organizado por Noda, Sandra N. et al., pp. 241-280. Manaus: INPA.

Noda, Hiroshi; Noda, Sandra do Nascimento. 2003. Agricultura familiar tradicional e conservação da sócio-biodiversidade amazônica. *Interações* 4(6): 55-66.

Ortner, Sherry. 2007. Poder e projetos: reflexões sobre a agência, in *Conferências diálogos: saberes e práticas antropológicas*. Organizado por Grossi, Miriam et al., pp. 45-80. Blumenau: Nova Letra.

Ortner, Sherry. 2007 b. Uma atualização da teoria da prática, in *Conferências diálogos: saberes e práticas antropológicas*. Organizado por Grossi, Miriam et al., pp. 19-44. Blumenau: Nova Letra.

Parry Scott, Russell. 2009. Famílias camponesas, migrações e contextos de poder no Nordeste: entre o “cativeiro” e o “meio do mundo”, in *Diversidade do campesinato: expressões e categorias, v.2: estratégias de reprodução social*. Organizado por Godoi, Emilia Pietrafesa, Menezes, Marilda Aparecida, e Acevedo, Rosa Maria, pp. 245-268. São Paulo: Ed. UNESP; Brasília: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural.

Piaia, Victor Rabello. Rumores, fake news e o impeachment de Dilma Rousseff. *Teoria e Cultura* 13(2): 22-39.

Santos, Maria José dos. 2010. Em busca da terra: migração, organização e resistência na política de colonização no Sudeste de Roraima. (1970-1990). Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Amazonas, Programa de Pós-Graduação em História, Manaus.

Silva Neto, Manoel Aires. 2014. Em busca da “terra prometida”: cotidiano e memória de trabalhadores rurais do projeto Jatapu (1970-2014). Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Amazonas, Programa de Pós-Graduação em História, Manaus.

Silveira, Isolda Maciel, Gatti, Marcelo. 1988. Notas sobre a ocupação de Roraima, migração e colonização. *Boletim Paraense Emílio Goeldi, Série Antropologia* 4(1): 43-64.

Souza, Daurileia Vieira Gonzaga. 2015. Transferência de terras da união ao estado de Roraima: enfoque institucionalista do direito de propriedade e sua influência no desenvolvimento regional, in *VII Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional*. Santa Cruz do Sul: Unisc.

Vincent, Joan. 1987. A sociedade agrária como fluxo organizado: processos de desenvolvimento passados e presentes, in *Antropologia das Sociedades Contemporâneas*. Organizado por Feldman-Bianco, Bela, pp. 375-402. São Paulo: Global/Universitária.

Le Tourneau, François-Michel; Bursztyn, Marcel. 2010. Assentamentos rurais na Amazônia: contradições entre a política agrária e a política ambiental. *Ambiente & Sociedade* 13 (1): 11-130. <https://doi.org/10.1590/S1414-753X2010000100008>

Wood, Charles, Walker, Robert, e Toni, Fabiano. 2001. Os efeitos da posse de título da terra sobre o

uso do solo e investimentos entre pequenos agricultores na Amazônia brasileira. *Cadernos de Ciência & Tecnologia* 18(2): 95-111. <http://dx.doi.org/10.35977/0104-1096.cct2001.v18.8844>

Woortmann, Ellen. 1995. *Parentes, herdeiros e compadres*: colonos do Sul e sitiantes do Nordeste. São Paulo: Hucitec; Brasília: Edunb.

Woortmann, Ellen. 1982. O sítio camponês. *Anuário Antropológico* 6(1): 164-203.

Woortmann, Klaas. 1990. *Com parente não se “neguceia”*: o campesinato como ordem moral. Brasília: Editora Universitária de Brasília/Tempo Brasileiro.

Woortmann, Klaas. 1990. Migração, família e campesinato. *Revista Brasileira de Estudos de População* 7 (1): 35-53.